



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Emmily Gonçalves Pereira

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: Leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas  
implementações numa escola publica em Mariana-MG**

**MARIANA – MG  
2023**

Emmily Gonçalves Pereira

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: Leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações numa escola publica em Mariana-MG**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo

**MARIANA – MG  
2023**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P436r Pereira, Emmily Gonçalves.  
Relato de experiência [manuscrito]: leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações numa escola publica em Mariana-MG. / Emmily Gonçalves Pereira. - 2024.  
21 f.

Orientador: Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Brasil). 2. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. 3. Professores - Formação - Minas Gerais. I. Paulo, Jacks Richard de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 808.1 /.5

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felicio Soares - SIAPE: 1.648.092



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Emmily Gonçalves Pereira**

**Relato de experiência: Leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações numa escola pública em Mariana-MG**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 19 de julho de 2024

### Membros da banca

Doutor - Jacks Richard de Paulo - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutor - Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Jacks Richard de Paulo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/07/2024



Documento assinado eletronicamente por **Jacks Richard de Paulo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/07/2024, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0743389** e o código CRC **82300F7F**.

*Este trabalho, é dedicado à minha mãe,  
minha melhor amiga e maior incentivadora,  
que sempre esteve ao meu lado e acreditou  
nos meus sonhos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado forças para esta jornada de conhecimento e perseverança. Sou grata à minha mãe, Maria do Carmo Gonçalves, por ter me ensinado a não desistir, a ser forte e nunca me curvar ao machismo e ao racismo, e por todo o esforço investido na minha educação.

Agradeço a mim, que não desisti de ter meu diploma no ensino superior.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo, que teve papel fundamental no meu processo, que soube me ouvir e acolher.

As minhas amigas de luta e de vida, Carla Alencar e Lorena Costa que sempre me levantaram quando pensei que tudo estava perdido.

Ao suporte e companheirismo do meu namorado Rafael Eleutério.

Sou grata às políticas públicas que possibilitaram que mais uma mulher preta se formasse em uma Universidade Federal.

Sou grata a todos os profissionais que cuidam da manutenção do ICHS, que sempre me acolheram tão bem e deixavam a rotina mais leve e engraçada.

Agradeço aos professores: Dr. Marcelo Donizete da Silva, Dr. Marcus Vinícius Fonseca, Dr<sup>a</sup>. Juliana Cesário Hamdan, Luana Tolentino, Dr<sup>a</sup>. Liliane dos Santos Jorge, Dr<sup>a</sup>. Verônica Mendes Pereira e Dr. Marco Antônio Torres, por tornarem minha jornada acadêmica tão enriquecedora, prazerosa, obstinada e crítica.

## EPÍGRAFE

*“Eu estive aqui, eu vivi, eu amei, eu fiz tudo  
o que eu sempre quis e foi mais do que eu  
esperava que fosse, deixarei minha marca  
para que todos saibam.”  
Beyoncé Giselle Knowles-Carter*

## RESUMO

Este texto apresenta um relato de experiência, pautado na implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, trabalhada através da atuação do PIBID Afro-indígena. A implementação desta lei se deu através de práticas pedagógicas com o objetivo de proporcionar o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena à crianças da educação básica nas séries iniciais, assumindo a responsabilidade do docente na construção da pluralidade cultural.

**Palavras-chave:** PIBID – Afro e indígena; leis 10.639/03 e 11.645/08; Étnico raciais.

## ABSTRACT

This text will present an experience report, based on the implementation of law 10.639/03 and 11.645/08 worked through the work of the Afro-indigenous PIBID. The implementation of this law took place through pedagogical practices with the objective of providing the study of Afro-Brazilian and indigenous history and culture to children in basic education in the initial

**Keywords:** PIBID – Afro and Indigenous; laws 10,639/03 and 11,645/08; Ethnic racial.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 CAMINHOS ATÉ O ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>11</b>
<b>2 MINHA JORNADA DE FORMAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>3 DESCAMINHOS .....</b>	<b>16</b>
<b>4 PALAVRAS FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID tem o propósito de apoiar a iniciação de estudantes de licenciatura, com foco no aprimoramento da formação de futuros professores, para que desta forma melhore os índices de qualidade da educação básica. O PIBID pode atuar em diversas áreas da educação, sendo que o relato de experiência deste projeto irá abordar o subprojeto Afro e Indígena.

Diante do exposto, o trabalho buscará analisar como se deu a implementação das Lei n. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura da África e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica; e a Lei n. 11.645/2008, que acrescentou à anterior a inclusão dos estudos das histórias e culturas dos povos indígenas.

Através deste projeto, no sentido de desvelar como foi a atuação do PIBID - Afro e Indígena nos anos de 2018 e 2020, em uma escola pública de Mariana – MG. Desta forma, será apresentada a experiência e quais os métodos pedagógicos, incluindo recursos didáticos, foram utilizados por uma estudante do curso de Pedagogia e bolsista do PIBID Afro-Indígena. É importante salientar que programas como o PIBID carregam a função social de aproximar a comunidade escolar e a universidade, possibilitando transformações no sistema pedagógico e, principalmente, na estrutura social.

Sendo assim, em meio a um contexto pautado por intensas transformações e mudanças no campo educacional, há que se ressaltar também a atuação do programa numa escola pública, que no ano de 2019 era pertencente à rede estadual de ensino da cidade de Mariana.

A educação é responsabilidade da família e do Estado (art. 205 da Constituição Federal de 1988), e buscando excelência na formação de cidadãos e trabalhadores, o governo brasileiro compreendeu a contribuição econômica, cultural e política dos povos africanos e indígenas para a formação nacional do Brasil. Mediante o reconhecimento da importância de culturas africanas e indígenas, o governo brasileiro tornou obrigatório a implementação do ensino em escolas públicas e particulares, no ensino fundamental e médio, visando incluir as lutas dos povos negros e indígenas e resgatando suas contribuições para a sociedade através das leis supracitadas.

Pelas proposições anteriores e a partir da minha experiência ao contribuir para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 através do PIBIB-Afro e Indígena, acreditamos ser extremamente necessário relatar, como a escola recebeu o PIBID - Afro e Indígena e como ficou após atuação do programa. Estas Leis são recentes, que apontam problemas antigos e a partir da implementação das leis o debate se torna ávido na academia, tornando-se pauta para outros acadêmicos como Cruz & Jesus (2013) e Mendes (2014).

O espaço escolar é um local de diferentes indivíduos, abundante em diversidade cultural e religiosa. Uma vez que o docente está inserido neste palco de diversidade, é preciso pensar que ele será o mediador dos conflitos que irão ocorrer em aula, tais como: racismo e intolerância religiosa que vêm à tona, advindos do ambiente familiar.

As escolas brasileiras não estão atentas para as práticas sutis de racismo existentes no espaço escolar, prejudicando, assim, o desenvolvimento educacional e social de crianças negras. Nesse sentido, professores, pais e alunos tendem a negar que existam práticas racistas nas escolas. Xingamentos e apelidos de cunho racista são justificados como "brincadeiras". É comum que professores silenciem e se omitam, preferindo não tratar do assunto em sala de aula para "não levantar o problema" ou mesmo deixando de intervir nos casos de discriminação racial (ROCHA & BRAGA p.16.2016).

Em aula, o professor precisa ensinar que o Brasil é um país de proporções continentais e que seu processo de colonização trouxe consigo a miscigenação, tornando o Brasil um país pluriétnico. De acordo com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva em: "Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades?"

Nossa brasilidade é multiétnica e pluricultural, uma vez que se constitui de distintas raízes étnico-raciais. Em outras palavras, nossa brasilidade toma forma a partir de diferentes compreensões da vida, do trabalho, das relações entre as pessoas, entre distintos grupos sociais, étnico-raciais (SILVA, 2019. p.14).

Desta forma, é equivocado afirmar que alguma raça ou religião é superior em detrimento de outra, e o docente se torna responsável por contribuir para a construção do respeito à diversidade cultural. A atuação com a temática Afro e Indígena implica em uma série de questões que vão além do currículo, da escola ou das próprias leis que asseguram a obrigatoriedade. O exercício desse tipo de ensino vai de encontro a

concepções pessoais do corpo docente e da gestão, que podem ser agentes facilitadores ou não das atividades.

A fim de disseminar e contribuir com a construção do conhecimento, o modelo de escrita foi escolhido, tendo-se em vista a finalidade de relatar como foi a participação, atuação ou observação de um grupo, ou indivíduo a uma determinada vivência, sendo ela acadêmica ou pessoal, pois:

O RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021. p.64).

Este relato precisa ser referenciado, descrito de modo contextualizado, expondo com objetividade a vivência. Assim, o relato de experiência:

... tem como propósito auxiliar na edificação e organização de RE crítico-reflexivo ao elencar elementos importantes que precisam ser contemplados, uma vez que escritas desta natureza contribuem importantemente na produção de conhecimento científico (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021. p.63).

Nesta produção acadêmica, utiliza-se também do método de pesquisa bibliográfica ou revisão da literatura, onde se buscou analisar os conceitos apresentados por autores que contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa, a qual se mantém de ordem exploratória, descritiva e qualitativa.

A pesquisa bibliográfica ou revisão da literatura, segundo Gil (2010), têm sua base elaborada mediante todo o material disponível sobre um determinado assunto com a finalidade de analisar pontos de vistas distintos relacionado ao mesmo, a partir de documentos como livros, revistas, jornais, teses e dissertações, etc. Em decorrência disso, todo material coletado para esse levantamento bibliográfico foi selecionado de distintas fontes científicas.

## 1 CAMINHOS ATÉ O ENSINO SUPERIOR

Sou uma mulher preta e gorda, e não sei como é vida sem ter que lutar pelo básico duas vezes mais que as pessoas que não são parecidas comigo. Sou natural de Itabira-MG, terra do poeta Carlos Drummond de Andrade, dos antigos picos de minério que se foram com a mineração selvagem que atordoia Minas Gerais.

Quando se nasce sendo uma criança preta numa família com pessoas pretas e pessoas brancas, a gente sente logo sendo quem são os preferidos e os preteridos, quem é a criança arqueira e difícil e a criança que não é repreendida ou que só “aprontou um pouquinho”. O racismo permeia as relações afetivas. Não sabia nomear, mas sabia sentir. Lembro de me sentir desconfortável, mas não sabia o que fazer quando o racismo acontecia.

No ambiente escolar, com 8 anos, sai de uma escola pública grande e central, nesta escola boa parte dos estudantes eram pretos e eu não me sentia desconfortável. Mas tudo mudou quando fui estudar em uma escola da rede pública estadual no bairro em que morava. Essa escola era muito tradicional e conservadora na cidade, era formada por uma maioria de alunos e profissionais brancos, era conhecida, por nunca ter vagas e ter um excelente ensino porque não aceitava “qualquer tipo de aluno”, a escola era pública.

E neste ambiente branco e conservador, aconteceram os primeiros episódios de racismo explícito, pela cor, pelo cabelo e pelo peso. As professoras diziam que meu desempenho não era suficiente, embora eu fosse muito inteligente, participativa e caprichosa, e eu me sentia deslocada e insuficiente. A escola embora fosse pública era elitizada, a experiência de ser uma pessoa preta em um espaço composto majoritariamente por pessoas brancas é como se você não pertencesse àquele lugar e essa experiência pode ser difícil para uma criança.

Além disso, sofria agressões verbais em relação ao meu cabelo, com essa série de violências veladas e explícitas. Comecei a faltar à escola e minha mãe, uma mãe solo, que trabalhava fora o dia inteiro e não sabia da situação e nem dos xingamentos que sofria, precisou intervir mediante a secretaria de educação para que algo fosse feito, na época não se falava de racismo e quase ninguém se importava com isso, era “frescura”.

Após a intervenção, houve uma conversa com a direção que se comprometeu a promover ações contra o racismo, porém pouca coisa mudou. As coisas só mudaram quando uma pedagoga preta começou a trabalhar na escola e finalmente me senti realmente acolhida por ela. A minha experiência não foi algo isolado, foi e ainda é a realidade da infância de diversas crianças pretas no Brasil, como, por exemplo, o depoimento de Freitas (2019, n.p.):

Por várias vezes, vivi experiências de tratamento desigual na escola por conta da cor de minha pele. Lembro-me que ainda criança, quando estava na 1ª série, antes de entrarmos na sala de aula, nos encontrávamos no pátio da escola para organizarmos a fila. O momento mais difícil era quando a professora solicitava que déssemos as mãos aos parceiros para caminharmos até a sala. Quase sempre meu parceiro, um menino “branco”, se negava a dar a mão para mim. Quando eu reclamava para a professora e ela perguntava por que ele não queria me dar a mão, ele dizia que era porque eu era “preta”. Aquele momento me deixava numa situação de extremo constrangimento, mesmo porque a professora sempre questionava os motivos dele não querer pegar na minha mão na frente das outras crianças. Esta situação me constrangia ainda mais. Como várias vezes a cena se repetia, eu ia para a escola torcendo para que a professora não solicitasse tal atitude. Outra dificuldade dizia respeito ao meu cabelo. Para ir à escola, usava um lenço para escondê-lo. Por muitas vezes os meninos da classe puxavam meu lenço, e eu me sentia humilhada. Diante disso, para estar mais parecida com o grupo e ser mais bem aceita na sala de aula, aos 10 anos de idade, eu implorava à minha mãe para alisar o meu cabelo, tendo como referência a minha irmã mais velha, a minha mãe e todas as minhas tias que alisavam seus cabelos crespos. Fui me acostumando e aceitando a diferença de tratamento como algo natural. Tanto que, no ato da matrícula no ensino médio, por exemplo, ao perguntar quais cursos estavam disponíveis, ouvi a funcionária me responder “secretariado e magistério”. Optei pelo magistério por acreditar que, por ser negra, ninguém haveria de me empregar como secretária. Afinal a narrativa era “precisa-se de moça, de boa aparência, para secretária”. Boa aparência era atributo de pessoas brancas (FREITAS, 2019, n.p.).

No Ensino Médio tive contato com pensadores como Foucault, Freud, Simone de Beauvoir, Karl Marx, através de um professor de literatura, esses escritores contribuíram para a minha formação humanística e vontade de transformar o mundo através da educação. Tive professores que me auxiliariam muito no processo de descoberta de quem eu queria ser profissionalmente, o que me levou a me preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em 2017 ingressei no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e me mudei para a cidade de Mariana-MG.

## 2 MINHA JORNADA DE FORMAÇÃO

Já no curso de Pedagogia, iniciei minha trajetória de formação no PIBID – Afro e Indígena entre setembro a outubro de 2018, enquanto estava no 4º período do curso na UFOP, na oportunidade eu e os demais participantes da turma de formação participamos de capacitações junto aos responsáveis, visando à preparação para a entrada em sala de aula. Nos reuníamos semanalmente com a supervisão e participávamos das palestras a cada 15 dias.

Após o período de formação, fui direcionada para uma escola da rede estadual da cidade de Mariana-MG, onde eu, uma mulher negra, estive ligada ao PIBID – Afro e Indígena. De início é válido destacar as dificuldades que tive com a direção da escola para a implementação do projeto, visto que a diretora, também uma mulher negra, apresentava comportamentos de resistência e conservadores quanto a ele, em uma demonstração clara de racismo estrutural que permeia o imaginário social brasileiro, em uma ideia de que para o racismo acabar é melhor que não se fale dele. O racismo é um sistema complexo de dominação, não somente pela força, mas também pela cultura, como apresentado por Almeida (2019, p. 48): “ A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social”

Apesar dessa dificuldade inicial, continuei com a execução das atividades na escola, tendo obtido apoio da supervisora do projeto, que também era professora do 5º ano, o que foi uma importante demonstração de solidariedade no espaço escolar que permitiu meu crescimento no dia a dia do trabalho.

Foi através do PIBID, que aprendi a fazer planos de aula, realizar pesquisas, a valorizar as reuniões e grupos de estudos, a reconhecer meu lugar de pertencimento e minhas raízes, demonstrando a importância do programa na formação prática de futuros professores e construção identitária de um indivíduo. Além disso, quando cheguei na escola em 2019 não havia Projeto Político Pedagógico (PPP) vigente, o que dificultava a gestão democrática do ensino e saber quais eram os planos de ação educacional no combate ao racismo, que pode ser um aliado na educação antirracista, enquanto a participação da comunidade fortalece a luta contra as discriminações no meio escolar. Assim, na próxima seção falarei sobre como foram trabalhadas as

questões afro e indígena na escola, como dispõe as Leis 10.639/03 e 11.645/08 nesse cenário.

De abril a julho de 2019 ministramos algumas aulas, rodas de conversas e exposições sobre os povos originários, buscando demonstrar como estes são parte atuante da cultura do país, não somente no passado, mas também no presente, não, como algo apartado da história, mas vivo dentro do Brasil. Sobre os povos originários, o assunto era delicado dentro da escola, uma vez que eram lembrados apenas no mês de abril, onde eram produzidos fantasias. Os povos indígenas sendo lembrados apenas no mês de abril e ignorados no restante do ano letivo, faz com que os alunos associem o indígena como um personagem folclórico e assim, contribuindo que ele seja apagado da história. O que é problematizável:

A condição dos povos indígenas na realidade brasileira foi histórica e socialmente desprezada ou tratada com muito preconceito e violência. O próprio termo "índio" não tem unidade concreta, nem semântica, expressando a marca histórica contraditória da colonização. A diversidade dos grupos étnico-linguísticos da América Latina não cabe nesse termo genérico, porém ele passa a ser assumido historicamente como uma definição estratégica de um grupo social no processo geral de organização e reivindicação política (SILVA, 2018, p. 3).

A Interação importante desse processo foi uma visita na escola de uma mulher de origem indígena da etnia pataxó, que não vive em uma aldeia e sim em uma cidade, demonstrando que o indígena está inserido na vida urbana, não, sendo algo "de outro mundo", ou "do passado", ou "distante", mas sim parte integrada do dia a dia do brasileiro.

De agosto a novembro de 2019, trabalhamos a confecção da boneca abayomi com uma convidada que também contou a história da boneca, realizamos a montagem de um jogo de cartas de frente e verso com a face dos orixás da cultura iorubá, o jogo era da seguinte forma: após um período de estudo e apresentação dos orixás e suas funções, era lido em voz alta pelo regente da turma os cartões com as características dos orixás, em grupo, os estudantes recebiam os cartões com as imagens dos Orixás, após a leitura do regente, os alunos tinham um tempo para debater entre eles, qual era o orixá apresentado pelo regente, após o debate, era erguido pelos estudantes o cartão com o orixá que eles julgavam ser o certo.

O propósito desta atividade, para além do PIBID-Afro e indígena, foi adaptar uma atividade em que os alunos participassem, foi observado que a "febre" entre eles,



eram os jogos de cartas, então, usamos os jogos dos orixás, para aproximar os alunos das nossas atividades. Dessa maneira, conseguimos desmitificar os orixás e trabalhar um pouco as religiões de matriz africana. Os estudantes tinham a oportunidade de brincar e ao mesmo tempo, aprender elementos dessa cultura, dessa vez, trabalhando a parte afro-brasileira da história. Sobre os orixás:

Ao final do período da escravidão, atravessaram o Atlântico, negros vindos de uma região da África, onde hoje são localizados os países Togo, Benin e Nigéria para a cidade de Salvador; eram os nagôs/iorubas e em sua terra de origem cultuavam divindades mitológicas denominadas Orixás (DOS SANTOS BARBOSA, 2012, p. 2).

É preciso dizer também que assim como foi dito no início desse relato sobre a direção conservadora, a nossa atuação também foi questionada por alguns pais de alunos que não queriam que seus filhos aprendessem sobre “macumba” na escola e falas dizendo que esse não era o papel dos educadores em uma sociedade cristã, em uma postura claramente racista e preconceituosa que precisa ser combatida não somente no contexto escolar, mas de maneira geral.

Essas atividades são exemplos de aplicações das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas, na medida que valorizam a história Afro brasileira, africana e indígena no currículo escolar, fortalecendo no imaginário popular a luta desses povos na construção da identidade nacional, o que é tão importante para o combate ao racismo impregnado na sociedade brasileira.

No Brasil, a escravidão foi uma instituição longa e duradoura que imprimiu marcas profundas no modelo de sociedade que se estabeleceu no país. Esse processo tem suas origens no tráfico de escravizados e em um padrão fortemente negativo de radicalização da população afrodescendente (FONSECA, 2022, p. 25).

A educação antirracista é um importante elemento que deve ser implementado no sistema educacional brasileiro, pois só assim haverá mudanças significativas nesse quadro:

A luta antirracista empreendida pelo movimento negro promoveu transformações importantes na sociedade brasileira, que ingressou no século XXI produzindo mudanças nas formas de estabelecimento das relações raciais. Entre elas, destaca-se a criação de princípios e diretrizes para educação das relações raciais como parte das políticas destinadas a fazer do campo educacional um espaço de construção de uma sociedade plural, fundada nos valores representados pela diversidade e pela democracia (FONSECA, 2022, p. 25).

### 3 DESCAMINHOS

Ao final do ano de 2019 e iniciado o ano de 2020, foi o período onde se iniciou a pandemia da COVID-19, alterando o contexto da rotina escolar em todo o mundo. Nesse cenário conturbado, ocorreu a municipalização da escola onde estive atuando no PIBID, que antes era da rede estadual, o que afetou a avaliação das ações que realizamos dentro do projeto, pois com essa mudança não sobrou nada de palpável nos registros, foi como se as atividades realizadas só tivessem existido nas nossas mentes e nas dos alunos que foram tocadas por elas, o que foi um grande empecilho para a mensuração de resultados do que fizemos.

Após o processo de municipalização da escola em 2020, ela passou por uma reforma estrutural. Tudo estava diferente, do administrativo ao pedagógico. Em abril de 2022 retornei para a escola, agora municipalizada e reestruturada, como estagiária, mas que continuava sem um Projeto Político Pedagógico (PPP), pois o mesmo seria desenvolvido por uma empresa terceirizada, que já fazia o mesmo trabalho para escolas privadas.

Ao contrário de quando a escola era estadual com uma diretora mulher e preta, agora o diretor era um homem branco, jovem e com pensamentos diferentes. Pensei que após a municipalização, a situação seria diferente, pois a escola tinha mais recursos e o atual diretor se mostrava mais aberto a novas ideias. Com o passar dos meses, o que pensei que seria novo, na verdade, era mais do velho. O diretor primeiramente se mostrou neoliberal em sua gestão, não estando comprometido com uma educação transformadora e muito menos antirracista. Sobre os perigos da educação neoliberal:

O neoliberalismo não é apenas uma política econômica monetária, não é só austeridade... ele é muito mais do que isso. Trata-se de uma política, uma estratégia mesmo, que visa modificar a sociedade e transformar o "humano" enquanto tal. E transformar como? Procurando transformar justamente os seus valores, transformar as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ou seja, ele difunde um modo de relação capitalista do indivíduo consigo mesmo, fazendo com que cada indivíduo se considere um capital. E, para isso, é preciso começar muito cedo, muito jovem, a considerar que os estudos são, acima de tudo, um investimento que deve produzir uma renda, que deve ser rentável. A escola neoliberal tem como alicerce a eficiência, o desempenho, a rentabilidade. E, portanto, cada indivíduo deve se ver, rapidamente e desde cedo, como um empreendedor de si mesmo, um gestor de si mesmo, portanto, que cada um se considere um "capital". A partir daí, temos uma matriz, uma matriz antropológica se quiser, que permite visar uma mudança muito mais global, muito mais geral da sociedade. Os neoliberais têm uma

reflexão estratégica sobre a forma de mudar a sociedade e o homem (LAVAL, 2019, n.p.).

Além disso, se mostrou também conservador, que acreditava que o racismo está na cabeça das pessoas e que era melhor que não se falasse dele. Nesse tempo presenciei diversos casos de racismo de alunos, de professores, de pais com outros alunos, e em todos esses acontecimentos, o novo diretor se mostrou omissivo diante da situação, como dizer que: “ele não foi racista, ele também é escuro” ao referir-se a um aluno branco que havia chamado outro aluno preto de “macaco”. A escola recebia várias denúncias através da ouvidoria, mas nada era feito, pois o diretor era um “ótimo gestor financeiro”, demonstrando um pouco como funciona a lógica neoliberal na educação: desde que o financeiro vá bem, o pedagógico pode ficar de lado, e inclusive a saúde mental dos alunos pode ser dilacerada. O racismo causa muitas feridas no psicológico de quem o sofre, e isso começa já na infância:

Racismo gera ansiedade, angústia e insegurança. Violência sistemática do Estado, com um número assustador de mortes na juventude, encarceramento em massa e exposição contínua a situações constrangedoras desde a infância estão associados ao adoecimento psíquico dos indivíduos negros. Nota-se ainda a alta incidência de ansiedade e baixa autoestima, em decorrência da invisibilidade e racismo na escola. Os negros e pardos não conseguem se ver em muitos locais, já que a cultura e os espaços são predominantemente brancos, o que leva a um sentimento de muita solidão. É de grande importância saber nomear situações que vivenciam, verbalizar o que passaram e como se sentem a fim de promover tratamentos de saúde mental (FISCHER, FERNANDO & FONTES, 2021. n.p.).

Há ainda um longo caminho a ser percorrido pela educação antirracista como um todo, o PIBID-Afro e indígena atuou em uma parte bem pequena desse país, em uma cidade do interior de Minas cercada pelo ranço do colonialismo e pelo provincialismo, mas essa pequena atuação mesmo não tendo deixado rastros físicos, fez mudanças profundas na vida de quem fez parte. A jornada do futuro professor não é fácil, trabalhar com a educação antirracista é cansativo, mas é recompensador ver os alunos corrigindo outros colegas quando eles têm atitudes racistas e se identificando e tendo orgulho do seu cabelo e da sua cor.

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Conclui-se que minha participação no Programa PIBID – Afro e Indígena, representou um momento singular no processo de formação inicial docente, ou seja, possibilitou uma melhor aproximação da realidade escolar e de se conhecer de perto a realidade em termos da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, principalmente, de compreender que a aplicação integral dessa lei ainda não é realidade em muitos lugares do país.

Percebeu-se também que as leis são uma novidade (mesmo a lei 10.639/03 tendo completado 20 anos em 2023) no currículo e pode enfrentar resistência dentro das próprias escolas, principalmente se a escola não tem o Projeto Político Pedagógico (PPP) como foi o caso onde estive em Mariana-MG. A própria direção tinha comportamentos racistas. Ademais, observou-se que os pais dos alunos também se mostraram muito resistentes às atividades desenvolvidas, em uma aversão enorme à qualquer menção de religiosidades ou culturas de matriz afro-brasileira, o que se mostrou um grande desafio para a consecução dos objetivos do projeto.

Como dito, apesar de todo o esforço durante o ano de 2019, o racismo infelizmente ainda é gritante no ambiente escolar, mas, agora em 2022 sob nova gestão, voltou-se para um modelo neoliberal, que privilegia o saneamento das dívidas da escola, estando ela agora municipalizada, em detrimento da melhora do ensino para os alunos e das práticas pedagógicas.

Por fim, ainda há um longo caminho a percorrer nessa batalha incessante e contínua pela igualdade racial, sendo o PIBID – Afro e Indígena um programa relevante para esse trabalho nas escolas e na formação de professores capacitados para atuarem nessa área. Enquanto mulher preta cresci muito pessoal e profissionalmente no projeto, que funciona muito bem no que se propõe, conseguindo ser um vetor de mudança social dentro da comunidade escolar e, conseqüentemente, se estendendo para a comunidade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Editora Pólen, 2019.

BARBOSA , Daniela dos Santos. O conceito de orixá no candomblé: a busca do equilíbrio entre os dois universos segundo a tradição iorubana. **Sacrilegens** , [S. l.], v. 9, n. 1, 2012.

BRASIL. (Constituição (1988)). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/constituicao). Acesso em: 2 de fevereiro de 2023.

CRUZ, Caroline Silva; JESUS, Simone Silva. Lei 11.645/08: A escola, as relações étnicas e culturais e o ensino de história - algumas reflexões sobre essa temática no PIBID. **Anpuh: conhecimento histórico e diálogo social**, jul./2013.

FISCHER, Claudia Petlik; FERNANDO, Thiago; FONTES, Maria Alice. Impacto do racismo na saúde mental. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. 2019. Acesso em 05 de Março, 2023.

FONSECA, Marcus Vinicius. A educação das relações raciais em uma perspectiva histórica. **Araucária – Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, nº 51, p. 291-317, 2022.

FREITAS, Elenir Fagundes. “Há um racismo velado, naturalizado, e por muitas vezes explícito na escola”. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. 2019. Acesso em 05 de Março, 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2010.

LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. **Blog da Boitempo**. 2019. Acesso em 5 de Março, 2023.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. O ensino de história indígena e afro-brasileira: avanços e entraves das políticas públicas nas escolas brasileiras. **Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências 49 Sociais - UFG/CAC**,v. 11, n. 2, 47-55, jul-dez, 2014.

MUSSI, R. F. D. F; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, C. B. D. Pressupostos para elaboração de relato de experiência como conhecimento científico: subtítulo do artigo. **Práxis educacional**: v. 17, n. 48, p. 60-77, out. /Dez 2021.

ROCHA, F.R. L; BRAGA, N.L. Os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem do aluno. **RELPE**, Arraias (TO), v. 2, n.2, p. 14-35,2016.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, p. 480-500, set/dez, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades? **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 10- 20, jan./jun.2019.

VALÉRIO, P. H. M.; BARREIRA, C. R. A. A roda de capoeira: uma vivência comunitária. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 30, p. 177–198, 2017.